

CONGRESSO NACIONAL

**ANAIIS
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PRIMEIRA SESSÃO DA PRIMEIRA LEGISLATURA

Sessões de 1 a 30 de setembro de 1891

VOLUME III

RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1891

CÂMARA DOS DEPUTADOS
ÍNDICE¹
DAS
MATERIAS TRATADAS NO MÊS DE SETEMBRO DE 1891

Comissões especiais, págs. 145, 338 e 631.

Declaração:

Do Sr. Manhães Barreto, a respeito da assinatura do Sr. Alcino Guanabara em uma emenda, pág. 310.

Declaração de voto:

Dos Srs. França Carvalho, Virgílio Pessoa, D. de Moraes, G. Ramos e A. Maia, a respeito da congratulação dirigida ao Chile, pág. 129.

Dos Srs. Barbosa Lima e A. Guanabara, a respeito do projeto sobre incompatibilidades, pág. 198.

Dos Srs. Cantão, Tosta e Amorim Garcia, a respeito do projeto extinguindo a legação no Vaticano, pág. 212.

Do Sr. Couto Cartaxo, a respeito do projeto sobre legitimação dos filhos espúrios, pág. 212.

Do Sr. Eptácio Pessoa, a respeito do projeto anulando as concessões de estradas de ferro, pág. 212.

Do Sr. B. da Motta, a respeito do projeto fixando as forças de terra, pág. 254.

Dos Srs. J. Serpa, Milton, P. Paraíso, A. de Freitas, Tosta, A. Garcia, R. Fernandes e Pires Ferreira, a respeito do orçamento da Justiça, pág. 287 e 376.

Do Sr. J. Serpa, a respeito do orçamento das Relações Exteriores, pág. 310.

Do Sr. Bevilacqua, a respeito do encerramento da discussão do projeto fixando as forças da terra, pág. 491.

Dos Srs. A. Garcia B. Carneiro, A. Fialho, N. Paranaguá, Sá Andrade, C. Cartaxo, L. de Andrade e T. Delfino, a respeito da emenda do Senado ao projeto da pensão do ex-Imperador, pág. 498.

Dos Srs. S. Vieira, João Luiz, L. Godofredo, A. Luz, M. Fulgencio, F. Borges, M. Bacellar, C. Machado, D. Porto, P. Mascarenhas, G. Magalhães, F. Rabello, J. Avellar, Bezerril, G. Ramos, A. Botelho, Moraes Barros, A. Pio, Mursa, V. Monteiro, C. Nascimento, A. Maia e Barbosa Lima, a respeito do parecer sobre a denúncia do Sr. Deputado Espirito Santo, págs. 644, 645 e 656.

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

Dos Srs. Bevilaqua, B. Lima, Bezerril, Serzedelo e Athayde Junior, a respeito de emendas ao orçamento da Guerra, pág. 656.

Eleição da mesa, pág. 203.

Emenda:

Dos Srs. M. de Magalhães, P. Guimarães, Tosta, S. Pereira, J. Ourique, B. Lima, Ivo do Prado, Bevilaqua, Serzedello, F. Veiga, G. Besouro, Sá Andrade, E. Gonçalves, C. Nascimento, A. Pio, B. Campos, F. Schmidt, F. Borges, J. Serpa, A. Ellis, Costa Junior, L. Muller, Athayde Junior, Almeida Nogueira, Paula Argollo, A. Azeredo, Espirito Santo, L. Maciel, F. Freire, L. Trovão, M. Rodrigues, F. Penna, D. Rocha, C. Senna, C. Rabello, F. Rabello, Badaró, B. da Motta, B. de Mendonça, U. Rodrigues, B. Carneiro, V. Monteiro, Bezerril, T. Delfino, H. Baptista, C. de Mello, F. Simas, Cantão, B. de Medeiros, P. da Costa, Menna Barreto, A. Lima, Abreu, C. Campos, A. Stockler, C. de Albuquerque, E. Pessoa, Abreu, J. Mariano, Valladão, D. Cerqueira, P. Ferreira, Barão de S. Marcos, F. Pires Fonseca e Silva, A. Fialho, Vinhaes, A. Olyntho, A. Pinheiro, Leonel Filho, J. Avellar, Paletta, C. Machado, J. Avelino, Glicerio, Nelson de Vasconcellos, Rubião Junior, N. Peçanha, G. Ramos, D. Nicacio e Comissão de Marinha e Guerra, ao projeto fixando as forças de terra, págs. 8, 15, 20, 44, 50, 53, 85, 121, 129, 175, 228, 242, 336, 338, 356, 405, 474, 483, 488, 480, 490 e 652.

Dos Srs. Amphilophio, Epitácio Pessoa e Belfort Vieira, ao projeto definindo os crimes de responsabilidade do presidente da República, págs. 24, 40, 176 e 196.

Dos Srs. A. Guanabara, B. Lima, A. Falcão, M. de Vasconcellos, P. Lyra, B. Carneiro, Chagas Lobato, C. Machado, Sampaio Ferraz, A. Stockler, H. Carvalho, A. Cavalcanti, M. Magalhães, E. Pessoa, Vinhaes, F. Veiga, L. Muller, L. Coutinho, F. Freire, Sá Andrade, C. Campos, P. Mascarenhas, M. Bucellar, N. Ribeiro, B. Vieira, Athayde Junior, U. Marcondes, Ivo do Prado, A. Maia, Moraes Barros, F. Hermes, A. Azeredo, a. Gordo, F. Pires, J. Avellar, D. Nicacio, Paletta, A. Lobo, T. Delfino, F. Werneck, Cesário Motta e Moreira da Silva, ao projeto organizando o Distrito Federal, págs. 22, 25, 75, 172, 371, 374, 398, 498, 538, 548 e 587.

Dos Srs. Froes da Cruz e Oiticica, ao parecer da mesa sobre designação de dias para trabalhos de comissões, págs. 38, 39 e 40.

Dos Srs. L. Muller, Bueno de Paiva, P. Mascarenhas, D. Porto, A. Luz e Sá Andrade ao projeto proibindo o uso de títulos e condecorações, págs. 95, 223 e 246.

Dos Srs. Fróes da Cruz, Retumba, M. Rodrigues, A. Stockler, Nina Ribeiro, R. Fernandes, M. Bacellar, Cantão, Nelson de Vasconcellos, Vinhaes, J. Mariano, Santos Pereira, L. Trovão, F. Freire, I. do Prado, T. Delfino, J. Pernambuco, A. Lobo, F. Werneck, Cantão, Serzedello e

Comissão de Marinha e Guerra ao projeto fixando as forças de mar, págs. 101, 109, 244, 523, 525, 611, 616, 621 e 640.

Do Senado, ao projeto fixando a pensão do ex-Imperador, págs. 165, 423, 427, 485 e 491.

Dos Srs. J. Serpa e G. Besouro, ao parecer sobre a pretensão de A. A. X. Pinheiro, pág. 199.

Dos Srs. Fróes da Cruz, Oiticica, A. Maia, Carvalhal, Mursa, T. Delfino, S. Ferraz, F. Werneck, A. Lobo, R. Alves, Rosa e Silva, J. Pinheiro, A. Brandão, Figueiredo, Moraes Barros, A. Freitas, B. Nascimento, Seabra, A. Pinheiro, J. Serqueira, F. Freire, S. Vieira, P. Guimaraes, A. Rios, P. Paraíso, C. Chagas, Valladão e Comissão do Orçamento ao orçamento da Justiça, págs. 201, 246, 270, 279, 409, 460, 462, 465, 495, 512, 518 e 577.

Dos Srs. Manhães Barreto, O. Pinto, Nilo Peçanha, V. Pessoa, A. Brandão, L. Murat, Fonseca Silva, C. Lemos, F. Hermes, F. Carvalho, Fróes da Cruz, Garcia Pires, Paulo Argollo, Pires Albuquerque, A. Maia, A. Luz, B. da Motta, A. Pinheiro e Moreira da Silva, ao projeto alfandegando portos do Estado do Rio de Janeiro, págs. 286, 287, 303 e 622.

Dos Srs. Amphilophio, A. Guanabara, B. Lima, A. Falcão, Santos Pereira, Casimiro Junior, Badaró, C. Nascimento, G. Ramos, B. de Medeiros, F. Carvalho, A. Olyntho, A. Lima, A. Maia, M. de Vasconcellos, M. Rodrigues e E. Pessoa, ao projeto sobre o casamento civil, págs. 304, 375, 396 e 631.

Dos Srs. Arthur Rios, G. Ramos, Badaró, A. Olyntho, Dutra Nicacio, F. Pires, C. Chagas, Menna Barreto, Abreu, B. de Medeiros, Leonel Filho, a. Botelho, F. Penna, M. de Vasconcellos e T. Delfino ao orçamento do interior, págs. 339, 366, 394, 396 e 425.

Dos Srs. Retumba, II. Baptista, B. de Medeiros, C. Nascimento, Abreu, P. da Costa, M. Barreto, B. Carneiro, P. Lyra, Bevilaqua, A. Azeredo, F. Veiga, F. Borges, Milton, A. Freitas, v. Monteiro, A. Falcão, N. Peçanha, S. Ferraz, A. Lima, U. Marcondes, A. de Faria, C. de Mello, D. Cerqueira, R. Bandeira, J. Avelino, B. Nascimento, Seabra, G. de Lagos, C. de Albuquerque, Moreira da Silva, P. Paraíso, P. Ferreira, D. Nicacio, G. Pires, Espirito Santo, J. de Siqueira, P. Guimaraes, L. Muller, M. Moura, S. Vieira, M. Fulgencio, C. Cartaxo, E. Pessoa, L. Coutinho, M. Bacellar, J. Serpa, M. Rodrigues, P. Chermont e M. Barreto, ao orçamento das Relações Exteriores, págs. 423, 424, 428, 431, 498, 515, 553, 605 e 623.

Dos Srs. S. Vieira e A. Rios, ao projeto isentando de impostos os legados e doações à Sociedade Amante da Instrução, pág. 493.

Do Sr. Nelson de Vasconcellos, ao orçamento da Marinha, pág. 639.

Indicação:

Dos Srs. Gabino Besouro e outros, para que a Mesa telegrafe ao governo do Chile, congratulando-se pela terminação da guerra civil, págs. 7 e 13.

Do Sr. Aristides Lobo, para destinarem-se dois dias da semana a trabalhos de Comissões, págs. 27, 34, 38 e 40.

Do Sr. João Lopes e outros, para durarem cinco horas as sessões, pág. 31.

Do Sr. José Avelino, para que a Comissão Especial encarregada de estudar a situação financeira suspenda seus trabalhos até a apresentação do plano do Governo, pág. 111.

Do Sr. Aristides Lobo, para que o estudo da questão financeira seja entregue a uma Comissão Mista, págs. 604 e 605.

Do Sr. Antão de Faria, para que as Comissões de constituição e fazenda revejam a lei do montepio obrigatório dos empregados públicos, pág. 627.

Mensagem do presidente da República

Solicitando o crédito para as despesas da coparticipação do Brasil na exposição internacional de Chicago em 1803, pág. 267.

Solicitando crédito suplementar da verba socorros públicos, pág. 451.

Solicitando crédito para obras do serviço sanitário, pág. 650.

Solicitando o consentimento da Câmara para encarregar de uma missão diplomática especial o Sr. Deputado J. A. de Freitas, pág. 650.

Ofício:

Do Senado de Pernambuco, representando contra a 1ª parte do § 2º do art. 407 do Código Penal, pág. 145.

Da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, enviando uma representação sobre o alfandegamento do porto de Gargaú, pág. 193.

Do Senado do mesmo Estado, enviando uma indicação relativa do alfandegamento do Porto de Búzios, pág. 241.

Da Câmara dos Deputados de Pernambuco, representando contra o art. 407 do Código Penal, pág. 269.

Da Intendência Municipal de S. Bento, representando contra a parte do Código Penal relativa ao furto de gado, pág. 334.

Do Governador do Paraná, enviando a representação dos habitantes de Palmas, contra o projeto de limites entre aquele estado e o de Santa Catarina, pág. 630.

Prestando informações a respeito do contrato para melhoramento no porto do Rio de Janeiro, pág. 34.

Comunicando ter solicitado da estrada de ferro Central as informações reclamadas pela Câmara, pág. 34.

Enviando a relação as concessões para localização de imigrantes rescindidas pelo Sr. Barão de Lucena, pág. 186.

Enviando cópia de um ofício do governador do Rio de Janeiro relativo a contrato para navegação da baía de Guanabara, pág. 168.

Transmitindo informações a respeito da estrada de ferro do Sobral, pág. 417.

Enviando papéis relativos a exposições industriais projetadas, pág. 417.

Transmitindo o requerimento dos cirurgiões do Corpo de Bombeiros, pedindo aumento de vencimentos, pág. 485.

Prestando informações sobre o serviço da estrada de ferro Central, pág. 630.

Enviando o ofício do comando do Corpo de Bombeiros pedindo a organização de mais uma companhia, pág. 630.

DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Devolvendo informada a petição de melhoramento de vencimento, do ex-contador da tesouraria do Pará, pág. 5.

Prestando informações sobre a cobrança em ouro dos impostos de importação, pág. 5.

Declarando não poder satisfazer a requisição da Câmara relativa às aposentadorias concedidas pelo governo provisório, pág. 145.

Prestando informações a respeito do contrato para melhoramentos no porto do Rio de Janeiro, pág. 168.

Solicitando crédito para pagamento de dívidas de exercícios findos, pág. 168.

Prestando informações a respeito das fazendas do Rio Branco, pág. 193.

Idem a respeito das loterias da Capital Federal, pág. 241.

Enviando uma representação relativa a dívida do governo federal com o Estado do Rio de Janeiro, pág. 352.

Prestando informações sobre a despesa presumível em 192, pág. 630.

DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Enviando o requerimento do Tenente-Coronel A. C. A. Bastos, pedindo pagamento de diferença de soldo, pág. 34.

Enviando os requerimentos do capitão A. M. Guines e Tenentes F. M. Silva, J. Sampaio, J. P. Pegas e F. Fabricio, reclamando contra desacomulações, pág. 34.

Enviando o requerimento de J. D. Ramos Filho, pedindo licença, pág. 145.

Prestando informações a respeito da dívida do tenente-coronel G.C. Nunes, pág. 145.

Transmitindo o requerimento do tenente-coronel F. P. P. Fortes, reclamando contra preterições, pág. 334.

Prestando informações a respeito da pretensão do 1º Tenente J. C. Lamagnère, pág. 417.

Devolvendo informado o requerimento do Major A. G. T. Alves, pág. 630.

Enviando o requerimento do Capitão F. S. Abreu, pedindo execução do art. 12 do Decreto n. 3300, de 7 de janeiro de 1865, pág. 650.

DO MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Devolvendo informado o requerimento de Maria T. O. Silva, pág. 241.

DO MINISTÉRIO DO INTERIOR

Enviando cópias dos contratos entre a intendência do Distrito Federal e as companhias de carris-urbanos, pág. 73.

Enviando os papeis relativos à pretensão do Barão de Canindé para prolongamento de ruas, pág. 145.

Enviando um ofício do presidente de São Paulo, solicitando pagamento de despesas com variolosos, pág. 145.

Transmitindo informações a respeito de atos da Intendência Municipal, pág. 192.

Prestando informações a respeito dos próprios nacionais no Pará, pág. 192.

Enviando uma representação a respeito do alfandegamento do porto de Gargaú, pág. 222.

Enviando informações sobre a desanexação da ilha de Paquetá, pág. 222.

Enviando uma relação de dívidas de exercícios findos, pág. 241.

Enviando os papeis relativos a créditos pedidos pelos governadores do Paraná e Ceará, pág. 241.

Enviando o projeto de postura sobre o incinerador Ortiz, pág. 296.

Transmitindo um ofício do governador do Ceará, a respeito da seca, pág. 333.

Prestando informações a respeito do Hospital de S. Sebastião e de uma portaria da Intendência Municipal, pág. 379.

Comunicando ter sido devolvido ao Senado, não sancionado, o projeto sobre incompatibilidades, pág. 417.

Transmitindo um telegrama do governador do Rio Grande do Sul, solicitando crédito para tratamento de variolosos, pág. 484 e 538.

Enviando o requerimento de Edeltrudes M. A. Veiga, pedindo pensão, pág. 538.

Transmitindo ofícios e representações relativas à seca no Estado de Pernambuco, pág. 594.

Prestando informações acerca das providencias tomadas contra a epidemia da varíola, pág. 594.

Prestando informações sobre concessões relativas ao canal do Mangue, pág. 594.

Enviando um telegrama do governador do Espírito Santo, pedindo crédito para tratamento de variolosos, pág. 630.

DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Enviando uma reclamação do bispo de São Paulo contra o juiz de capelas de Guaratinguetá, pág. 94.

Prestando informações sobre a nomeação de juizes de direito para o Estado da Bahia, pág. 94.

Idem a respeito de ocorrências havidas em Corumbá, pág. 145.

Transmitindo um formulário de corpos de delito, pág. 192.

Prestando informações a respeito do provimento de uma comarca do Estado de Minas Gerais, pág. 241.

Enviando informados requerimentos de diversos, pedindo aumento de vencimentos, pág. 352.

Prestando informações a respeito da brigada policial, pág. 417.

Comunicando não possuir exemplares da Constituição do Maranhão, pág. 417.

DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Prestando informações sobre a mudança da escola de aprendizes marinheiros n. 8, pág. 34.

Enviando os requerimentos, pedindo aumento de vencimentos, dos escreventes do hospital de Marinha e de A. P. Fernandes e M. Pico, pág. 34.

Enviando os requerimentos com o mesmo fim, dos guardas do farol da ilha Rasa, pág. 169.

Enviando o requerimento com o mesmo fim, do 2º tenente N. V. da Silva, pág. 241.

Enviando processos de dívidas de exercícios findos, pág. 352.

Transmitindo o requerimento dos escreventes do arsenal de Marinha da Capital Federal, pedindo aumento de vencimentos, pág. 451.

Transmitindo o requerimento do Dr. J. P. Guimarães e outros, pedindo melhoramento de vencimentos, pág. 451.

Transmitindo o requerimento de J. J. R. Pimenta, pedindo pagamento de vencimentos, pág. 485.

Prestando informações a respeito de admissão de maquinistas estrangeiros, pág. 538.

DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Prestando informações sobre o convenio aduaneiro com os Estados Unidos, pág. 5.

Enviando cópia de um ofício dos cônsules de Marselha, relativo a impostos sobre café, pág. 333.

DO SENADO

Enviando o projeto de reorganização dos serviços da administração federal, pág. 5.

Comunicando ter sido sancionado o projeto relativo à casa onde faleceu Benjamin Constant, pág. 34.

Fazendo idêntica comunicação a respeito do projeto concedendo favores a sociedade Academia do Comercio de Juiz de Fora, pág. 94.

Comunicando não ter aprovado o projeto concedendo aposentadoria a J. L. Franco, pág. 192.

Enviando o projeto regulando a navegação de cabotagem, pág. 222.

Comunicando ter dirigido a sanção o projeto concedendo pensão à viúva e filhos do Dr. A. E. G. de Almeida, pág. 222.

Enviando o projeto concedendo privilégio ao Dr. P. Souto Maior e J. E. F. Jacobina, para um plano de navegação, pág. 241.

Comunicando ter dirigido a sanção os projetos concedendo melhoramento de aposentadoria ao desembargador D. L. Rosa, e abono de gratificação ao capitão de fragata O. J. Chavantes, pág. 333.

Enviando o projeto relativo a direitos de empregados públicos, anteriormente à Constituição, pág. 379.

Enviando o projeto concedendo pensão a Anna T. S. Moura, pág. 379.

Comunicando terem sido sancionados os projetos concedendo pensão à viúva e filhos do Dr. A. E. G. de Almeida e amnistiando os sediciosos do Pará, pág. 379.

Comunicando ter dirigido a sanção o projeto prorrogando a licença do Dr. N. de Andrade, pág. 417.

Enviando os projetos: sobre o processo e julgamento do Presidente da República, concedendo gratificação ao Dr. E. N. Pires e considerando em vigor o decreto n. 3163 de 7 de julho de 1883, pág. 451.

Comunicando ter sido sancionado o projeto relativo ao desembargador D. L. Rosa, pág. 484.

Enviando o projeto sobre incompatibilidades, não sancionado e que adoptou por dois terços, pág. 629.

Convidando a Câmara para se fazer representar em uma Comissão Mista encarregada de formular um projeto de reforma bancaria e do meio circulante, pág. 630.

Enviando o projeto sobre concessão de terras devolutas, pág. 630.

Enviando o projeto sobre reforma monetária, pág. 650.

DOS SRS. DEPUTADOS:

Thomaz Flores, requerendo licença, pág. 5.

Lamounier Godofredo, justificando ausência, pág. 73.

Amorim Garcia, idem, pág. 333.

Rosa e Silva, requerendo licença, pág. 629.

Parecer:

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA:

Sobre o projeto de incompatibilidades, não aceito pelo Senado, pág. 26.

Sobre o projeto anulando a concessão da Estrada de Ferro Metropolitana, pág. 64.

Sobre o projeto do Senado, estabelecendo a precedência do casamento civil ao religioso, pág. 65.

Sobre a emenda do Senado ao projeto fixando a pensão do ex-Imperador, pág. 165.

Sobre o projeto regulando a propriedade das minas, pág. 165.

Sobre a representação de profissionais residentes em Porto Alegre, pedindo a revogação do art. 72 § 21 da Constituição, pág. 163.

Sobre a representação da Intendência de Alagoa de Baixo e o projeto relativo ao furto de gado, pág. 212.

Sobre a petição das irmandades do Recife, pedindo a objetivação do art. 72 § 3º da Constituição, pág. 213.

Sobre o projeto regulando a extradição entre os Estados, pág. 213.

Indeferindo a reclamação do Mosteiro de S. Bento contra excesso de imposto, pág. 214.

Sobre as razões da não sanção do projeto dos Estados ainda não organizados, pág. 292.

Sobre o projeto do Senado, reorganizando os serviços da administração federal, pág. 312.

Aceitando o projeto suprimindo a distinção entre jornaleiros e empregados, pág. 410.

Aceitando o projeto sobre os próprios nacionais pertencentes aos Estados, pág. 411.

Concordando com o parecer da Comissão de Fazenda, indeferindo a Pretensão do Banco Econômico para emitir o decuplo do sem capital em debentures, pág. 413.

Solicitando informações do Governo para resolver sobre uma petição dos habitantes do curato de Santa Cruz, pág. 413.

Solicitando informações do Governo para resolver sobre uma petição dos habitantes do curato de Santa Cruz, pág. 413.

Concedendo licença para a denúncia do Sr. deputado V. A. Espirito Santo, pág. 414 e 631.

Aceitando o projeto de limites entre Santa Catarina e Paraná, pág. 438.

Sobre o projeto abolindo as loterias, pág. 577.

Sobre o projeto mantendo a vitaliciedade dos ofícios de Justiça, pág. 578.

Não aceitando o projeto do Senado relativo à denúncia e julgamento nos crimes de furto de gado, pág. 579.

Sobre o contrato de saneamento da Capital Federa, pág. 584.

Deferindo a petição dos praticantes do Correio de Minas Gerais, para estabelecer-se uma só classe desses empregados, pág. 646.

Julgando nulo o aviso do Ministério da Justiça, incompatibilizando o juiz substituto seccional do Ceará para o mandato legislativo no Estado, pág. 647.

Indeferindo a petição dos carteiros do Correio do Pará, para serem feitas as nomeações desse emprego pelo Diretor Geral, pág. 657.

DA COMISSÃO ESPECIAL

Sobre bancos de emissão, pág. 315.

DA COMISSÃO DE FAZENDA E INDÚSTRIAS

Sobre o pagamento dos impostos de importação em ouro, pág. 60.

Sobre a reclamação de A. A. Xavier Pinheiro, pág. 95 e 199.

Indeferindo a petição de pensão, de P. A. Paiva, pág. 95 e 199.

Indeferindo a petição de restituição de taxas, do abade do Mosteiro de São Bento, pág. 130.

Indeferindo a petição de pensão, de Anna A. B. Torres, pág. 135.

Idem de Ana B. N. da Gama, pág. 135.

Idem de Alexandrina A. S. Azevedo, pág. 135.

Idem de Antônio C. de Andrade, pág. 136.

Idem de Alexandrina A. C. de Almeida, pág. 136.

Idem de Anna C. N. Oliveira, pág. 136.

Adiando a resolução sobre a petição de pensão de Antônia C. C. de Oliveira, pág. 136.

Idem de Amélia A. Abreu, pág. 136.

Indeferindo a petição de pensão, de Anna C. S. Porto, pág. 137.

Idem de Antônia C. Xavier, pág. 137.

Idem de Alexandria E. Camisão, pág. 137.

Idem de Adelaide D. E. M. Mascarenhas, pág. 137.

Idem de Augusta E. F. Motta, pág. 137.

Idem de Antônia E. F. Carvalho, pág. 138.

Idem de Anna A. Teixeira, pág. 138.

Idem de Anna C. de Araujo, pág. 138.

Idem de Anna C. S. Buriti, pág. 138.

Idem de Anna C. P. Conceição, pág. 138.

Idem de Amélia A. Cardim, pág. 138.

Autorizando despesas com experiências de navegação aérea, pág. 185.

Concedendo reversão de pensão a Adelaide E. F. de Souza, pág. 234.

Idem a Anna P. Clemente, pág. 235.

Concedendo meio soldo a Paulina H. B. P. Guedes e suas irmãs, pág. 235.

Indeferindo a petição de pensão do Dr. A. F. A. Neves, pág. 236.

Idem de Anna F. Pilheria, pág. 236.

Idem a petição de melhoramento de reforma de A. F. da Cunha, pág. 236.

Idem a petição de melhoramento de meio soldo de Anna G. R. Costa, pág. 237.

Idem a petição de pensão de A. F. Segundo, pág. 237.

Idem de Avelina G. R. Freitas, pág. 237.

Concedendo pensão a viúva e filhos do Dr. Tobias B. de Menezes, pág. 251.

Concedendo aposentadoria a J. F. Veiga, pág. 254.

Indeferindo a petição de pensão, de Antônia J. Ramos, pág. 261.

Indeferindo a petição de reversão de pensão, de Maria J. S. Lisboa, pág. 261.

Indeferindo a petição de pensão de Maria C. A. C. Pereira, pág. 262.

Idem de Maria J. M. Accioli, pág. 262.

Idem de Maria J. da Silva, pág. 343.

Idem de Maria J. de Camargo, pág. 343.

Idem de Maria L. G. P. Freitas, pág. 344.

Idem de Maria G. Martins, pág. 344.

Concedendo contagem de tempo a M. P. Silveira Junior, pág. 344.

Concedendo aposentadoria ao Major A. R. S. F. Leite, pág. 410.

Concedendo melhoramento de aposentadoria a B. J. Borges, pág. 411.

Indeferindo a pretensão do Banco Econômico para emitir o décuplo do seu capital em debêntures, pág. 412.

Concedendo aos Drs. C. Teixeira e A. D. a. Lima arrendamento de terrenos da Quinta da Boa Vista, pág. 443.

Concedendo pensão às filhas do desembargador A. A. Ribeiro, pág. 478.

Concedendo isenção de direitos a Companhia Manufatureira e Agrícola do Maranhão, pág. 479.

Concedendo elevação de pensão a Maria J. P. P. de Andrade, pág. 479.

Concedendo isenção de direitos para as placas destinadas pela intendência de São Luis do Maranhão às casas, ruas e praças daquela cidade, pág. 479.

Concedendo restituição de quantia a J. Cabral, pág. 480.

Indeferindo a petição de melhoramento de aposentadoria, de J. M. H. Fernandes, pág. 481.

Indeferindo a petição de pensão, de Amélia A. Pimentel, pág. 481.

Isentando de direitos os materiais destinados ao Monumento de 2 de Julho na Bahia, pág. 530.

Autorizando a revisão da tabela dos vencimentos dos empregados do Asilo de Mendicidade, pág. 579.

Indeferindo a pretensão do Dr. L. R. H. Cavalcanti, para garantia de juros de uma estrada de ferro, pág. 586.

Aceitando o projeto relativo a classificação dos vencimentos dos empregados das alfândegas, pág. 621.

Sobre o projeto autorizando a alteração dos vencimentos dos operários e serventes do arsenal de Marinha do Pará, pág. 622.

Sobre o alfandegamento dos portos de Iguape, Ubatuba, S. Sebastião e Cananéia, pág. 622.

Concedendo isenção de direitos para os materiais destinados a iluminação por luz elétrica de S. Carlos do Pinhal, pág. 623.

Concedendo direito de desapropriação a J. G. C. Amaral, pág. 624.

Concedendo pensão a Anna M. N. Damásio, pág. 624.

Concedendo isenção de direitos a Companhia Aquária de Curralinho, pág. 625.

Adiando a solução da Pretensão da Empresa de Obras Públicas da Bahia, para garantia de juros de uma estrada de ferro, pág. 625.

Aceitando o projeto estabelecendo alfândegas em Sant'Anna do Livramento e Quaraí, pág. 645.

Indeferindo a petição de reversão de pensão, de Maria G. X. Oliveira, pág. 657.

Indeferindo a petição de pensão, de Henrique B. Coruja, pág. 658.

Idem de Isabel S. Faria, pág. 658.

Idem de Adelaide M. M. Silveira, pág. 658.

Idem de Maria P. A. Correia, pág. 658.

Idem de Margarida Peçanha, pág. 658.

Idem de Virginia L. C. Espindola, pág. 659.

Idem do sargento J. T. C. Fritz, pág. 659.

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

Sobre a reclamação do Dr. A. G. M. de Vasconcellos, relativa à acumulação de cargos, pág. 130, 496 e 513.

Sobre a petição de J. A. F. Gama e sua mulher, pedindo nomeação, pág. 236.

Concedendo contagem de tempo a Maria T. O Silva, pág. 623.

DA COMISSÃO DE MARINHA E GUERRA

Indeferindo a representação do Centro dos Maquinistas para derrogar-se o regulamento de 2 de junho de 1890, pág. 130.

Aceitando o projeto sobre a idade para a reforma voluntária ou compulsória no Exército, pág. 232.

Sobre o projeto criando uma escola militar de preparatórios no Estado de Mato Grosso, pág. 261.

Solicitando do Governo informações relativas ao projeto mandando reverter aos quadros efetivos o Marechal de Campo Visconde de Maracaju e o Chefe de Esquadra Barão do Ladário, pág. 261.

Concedendo as honras do posto de Capitão de Fragata a A. F. Hasselmann, pág. 376.

Sobre o projeto reorganizando o Corpo de Saúde da Armada, pág. 531.

DA MESA

Destinando as quintas-feiras para trabalhos de Comissões, pág. 27, 38 e 40.

DA COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Adiando a solução dos projetos relativos: á ramais de dois estabelecimentos de agricultura e zootecnia no Estado de Mato Grosso, pág. 448.

À construção de uma linha telegráfica entre Mamanguape e Cajazeiras, pág. 448.

A ramais de dois estabelecimentos de agricultura e zootecnia no Estado do Piauí, pág. 449.

Sobre o projeto estabelecendo a concorrência pública para a execução das obras federais, pág. 645.

Indeferindo a Pretensão do Dr. J. F. Mendonça para a irrigação e cultura de terras do Ceará, pág. 647.

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Sobre as despesas no exercício de 1892, do Ministério da Justiça, pág. 86.

Indeferindo as petições de aumento de vencimentos de J. M. M. Braga Filho, P. L. Larée, H. J. Dias, A. A. Teixeira, e oficiais de descarga da alfândega do Rio de Janeiro, pág. 184.

Sobre as despesas, no exercício de 1892, do Ministério das Relações Exteriores, pág. 185.

Sobre as despesas, no exercício de 1892, do Ministério do Interior, pág. 288.

Sobre as emendas ao orçamento do Ministério do Interior, pág. 394.

Sobre as emendas ao orçamento do Ministério da Justiça, págs. 409 e 495.

Sobre as emendas ao orçamento do Ministério das Relações Exteriores, pág. 498.

Não aceitando o projeto e emenda concedendo pensão a Adelaide T. Pires, pág. 532.

Sobre as despesas, no exercício de 1892, do Ministério da Marinha, pág. 580.

DA COMISSÃO DE PETIÇÕES E PODERES

Concedendo licença:

A J. M. L. de Ávila, pág. 27.

Ao Sr. Deputado Thomaz T. Flores, pág. 68.

Ao Sr. Deputado Belarmino A. Mendonça Lobo, pág. 68.

A A. O. R. Costa, pág. 315.

A A. E. S. Menezes, pág. 345.

A J. A. Veiga, pág. 448.

Ao Dr. J. C. m. Reis, pág. 448.

Ao Capitão A. P. de Almeida, pág. 503.

A D. J. S. Costa, pág. 657.

Petição de:

Amena M. A. Enout, requerendo pensão, pág. 5.

Bernardina S. R. Lima idem, pág. 5.

Dr. A. F. M. Glasiou – restituição de quantia, pág. 5.

Dr. A. G. Faria – aumento de vencimento, pág. 5.

Maria J. L. Mello e outras, solicitando pensão, pág. 34.

Rita N. S. Caldas – meio soldo, pág. 34.

Dr. F. R. Escobar – reintegração, pág. 34.

Alberto Lopes Machado – isenção de direitos para uma fábrica de pregos, pág. 34.

J. A. Cardoso – pensão, pág. 73.

D. S. Queirod – privilégio para uma estrada de ferro, pág. 73.

Capitão J. P. Santa Anna – melhoramento de reforma, pág. 73.

J. S. Tupinambá, idem, pág. 73.

André Christophe e outro – privilégio para canalização de água, pág. 73.

Companhia Empreiteira – favores para uma linha de navegação, pág. 73.

F. L. Cardim – reintegração, pág. 73.

Major A. G. T. Alves – melhoramento de reforma, pág. 73.

A. E. S. Menezes – licença.

Tenente J. D. O. Oliveira – jubilação, pág. 94.

M. M. Mattos – ordenado, pág. 145.

Dr. J. P. G. Mattos – pagamento de vencimentos, pág. 145.

Bacharel J. C. Porto – melhoramento de vencimentos, pág. 145.

Praticantes do correio de Minas Gerais – fusão de categorias da classe, pág. 145.

Dr. A. S. Garcia – desacumulação, pág. 169.

Isabel C. Menezes – pensão, pág. 193.

A. L. B. Paiva – melhoramento de aposentadoria, pág. 193.

A. A. S. Guimarães – privilégio para uma estrada de ferro, pág. 193.

Tenente-coronel F. P. P. Fortes, reclamando contra preterição, pág. 219.

Carolina L. O. Ferreira, requerendo relevação de prescrição, pág. 223.

Empresa de construções civis – isenção de impostos, pág. 223.

J. B. F. Mascarenhas – privilégio para uma estrada de ferro, pág. 223.

L. A. Otero – favores para uma usina de cereais, pág. 223.

Tenente-coronel H. C. Martins – melhoramento de reforma, pág. 223.

A. A. S. Guimarães – privilégio para estrada de ferro, pág. 223.

Henriqueta E. S. Everardo – pensão, pág. 241.

Balbino L. S. Pires – idem, pág. 241.

Maria A. Rangel e outra – idem, pág. 241.

Anna E. Menezes e outra – aumento de pensão, pág. 241.

A. F. M. Couto – soldo, pág. 241.

M. Missione – favores para restauração das matas do Distrito Federal, pág. 241.

P. D. Silva – pensão, pág. 241.

F. C. Silva & Cia. – isenção de direitos para a empresa de canalização de água no Curralinho, pág. 241.

J. N. S. Carvalho – aumento de vencimentos, pág. 242.

E. D. Fasciote – ajuda de custo, pág. 242.

A. C. Leivas – favores para uma estrada de ferro, pág. 242.

A. A. A. Araujo, protestando contra a concessão de uma estrada de ferro, pág. 242.

J. Novoa & Cia., requerendo privilégio para usinas de álcool, pág. 242.

Banco das classes laboriosas – execução do decreto de 6 de março de 1890, pág. 242.

Fábrica de tecidos Maranhense – isenção de direitos, pág. 269.

J. C. Lages – idem, pág. 269.

Companhia das Águas, de Caxias – idem, pág. 269.

J. O. Castro – favores para a construção de um arsenal de guerra, pág. 269.

C. G. Mattos – melhoramento de vencimentos, pág. 269.

R. Ballasteros & Cia. – favores para uma linha de navegação, pág. 269.

A. F. Braga – ordenado, pág. 269.

Capitão A. P. Menezes – licença, pág. 269.

J. M. Tavares e outros – modificação no regulamento das faculdades de medicina, pág. 269.

Maria J. Albuquerque e outras – meio soldo, pág. 296.

Carteiros do correio do Pará, nomeação pela diretoria geral, pág. 296.

Lentes da Escola Naval – equiparação de vantagens, pág. 296.

J. B. Teixeira – aprovação de privilégio, pág. 296.

A. S. Leite e outros – favores para a construção de um palácio de exposição permanente, pág. 296.

Companhia Torrens Urbana – decretação de medidas, pág. 334.

Dr. J. A. F. Silva e outro – um plano de colonização, pág. 334.

Major J. F. Rocha e outro – garantias de juros para uma estrada de ferro, pág. 334.

A. de Figueiredo – auxílio para a execução de um quadro, pág. 334.

Avaliadores da Capital Federal – tabela de salários, pág. 334.

Alferes N. A. Siqueira – soldo, pág. 334.

Joanna O. Rocha – meio soldo, pág. 334.

Maria J. P. P. Andrade – aumento de pensão, pág. 334.

Companhia Tráfego Marítimo do Maranhão – isenção de direitos, pág. 347.

Dr. M. F. C. Leal – gratificação adicional, pág. 352.

A. P. M. Barreto Junior – favores para reconstrução de ruas e prédios, pág. 352.

Clube de Engenharia – isenção de impostos, pág. 352.

C. H. Ward – isenção de direitos, pág. 352.

Dr. C. P. Silva e outro – melhoramento de aposentadoria, pág. 352.

J. M. Lameiras – dispensa de exames, pág. 379.

A. Martucci – pagamento de vencimentos, pág. 379.

Anna M. R. Silva – reversão de pensão, pág. 379.

Empregados das secretarias de Estado – aumento de vencimentos, pág. 379.

Capitão de fragata F. M. Bastos – melhoramento de reforma, pág. 417.

1º Tenente F. P. Ferreira – licença, pág. 417.

M. Horn – favores para obras no porto do Rio de Janeiro, pág. 417.

J. S. P. Siqueira – abono de gratificações, pág. 456.

C. C. Fontoura – permissão para uma estrada de ferro, pág. 456.

J. C. Silva – arrendamento de próprio, pág. 456.

Coronel J. Schmidt, protestando contra a concessão da estrada de ferro do porto das Torres, pág. 456.

Companhia Obras Hidráulicas, requerendo isenção de direitos, pág. 456.

Coronel A. C. A. Bastos – honras de general, pág. 456.

Maria C. A. Ferreira – pensão, pág. 456.

F. P. Borges – garantia de direitos, pág. 485.

E. H. Amaral – ordenado fixo, pág. 485.

Professores de escolas do 2º grau – aumento de vencimentos, pág. 485.

J. P. Silva – melhoramento de aposentadoria, pág. 485.

A. S. B. Sampaio e outros – permissão para um banco, pág. 485.

Comissão de Monumento Dois de Julho – isenção de direitos, pág. 509.

Societá Piamontese – subvenção, pág. 509.

A. P. Oliveira – aposentadoria, pág. 509.

Tenente O. Abrantes – licença, pág. 509.

D. J. S. Costa – idem, pág. 538.

A. A. Ewerton – idem, pág. 538.

Intendência de Juiz de Fora – isenção de direitos, pág. 594.

Dr. T. Reicher – obrigatoriedade de vacinação, pág. 594.

M. A. Soares – reversão de pensão, pág. 594.

G. C. Santos – aposentadoria, pág. 594.

J. P. Vidal – isenção de direitos, pág. 595.

Maria m. Camacho e outras – reversão de pensão, pág. 630.

F. J. S. Lobo – prorrogação de licença, pág. 630.

Capitão-Tenente A. L. C. de Oliveira, protestando contra uma pretensão de linha férrea, pág. 650.

Fortunato Pinho & Cia., requerendo garantia de juro para uma estrada de ferro, pág. 650.

Projeto:

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Estabelecendo disposições relativas ao casamento civil, págs. 67, 111, 134, 146, 206, 304, 341, 375, 396 e 631.

Determinando os casos de legitimação dos filhos espúrios, págs. 95 e 197.

Proibindo o uso de títulos e condecorações, págs. 95, 193, 223 e 246.

Sobre incompatibilidades, págs. 177, 197 e 634.

Limitando os poderes dos governadores dos Estados ainda não organizados, pág. 201.

Dispondo sobre o estabelecimento e direitos das associações religiosas, págs. 215, 538 e 548.

Estabelecendo uma só classe de praticantes no Correio, pág. 647.

DA COMISSÃO DE DIPLOMACIA E TRATADOS:

Extinguindo a legação junto ao Vaticano, págs. 95 e 198.

Aprovando o acordo com o Peru sobre cartas rogatórias, págs. 342 e 366.

DE COMISSÕES ESPECIAIS

Organizando o Distrito Federal, págs. 22, 42, 75, 172, 255, 371, 398, 497, 538, 550 e 553.

Estabelecendo previdências sobre bancos de emissão, págs. 319, 435, 467, 518, 556, 595 e 605.

DA COMISSÃO DE FAZENDA E INDÚSTRIAS

Determinado que os impostos de importação sejam pagos parte em ouro e parte em papel, págs. 63, 281, 301 e 379.

Concedendo melhoramento de aposentadoria a A. P. Bastos, págs. 69, 145 e 199.

Concedendo pensão a Clara F. Montes, págs. 95 e 199.

Alfandegando os portos de Macaé e Angra dos Reis, págs. 95, 199, 283, 302 e 344.

Autorizando despesas com experiências de navegação aérea, pág. 185.

Concedendo reversão de pensão a Adelaide E. F. Souza, pág. 235.

Idem a Anna F. Clemente, pág. 235.

Concedendo meio soldo a Paulina H. B. P. Guedes e suas irmãs, pág. 235.

Concedendo pensão a Graça B. de Menezes, pág. 254.

Concedendo aposentadoria a J. F. Veiga, pág. 255.

Concedendo contagem de tempo a M. P. da Silveira Junior, pág. 345.

Concedendo aposentadoria ao Major A. R. S. F. Leite, pág. 410.

Concedendo melhoramento de aposentadoria a B. J. Borges, pág. 411.

Concedendo arrendamento de terrenos da Quinta da Boa Vista aos Drs. C. Teixeira e A. A. Lima, pág. 444.

Concedendo isenção de direitos a Companhia Manufatureira e Agrícola do Estado do Maranhão, pág. 479.

Isentando de direitos as placas destinadas a numeração e denominação das casas, ruas e praças de S. Luiz do Maranhão, pág. 480.

Autorizando a restituição de quantias a A. J. Cabral, pág. 480.

Isentando de impostos os legados e as doações à Sociedade Amante da Instrução, págs. 493, 514 e 584.

Concedendo garantia de juros a uma companhia de navegação transatlântica, págs. 493 e 512.

Concedendo isenção de direitos aos materiais destinados ao Monumento 2 de Julho na Bahia, pág. 530.

Autorizando a revisão dos vencimentos dos empregados do Asilo de Mendicidade, pág. 580.

Alfandegando o porto de Iguape e autorizando o oportuno alfandegamento dos de Ubatuba, São Sebastião e Cananéia, pág. 622.

Concedendo isenção de direitos para os materiais destinados à iluminação por luz elétrica da cidade de S. Carlos do Pinhal, pág. 623.

Concedendo direito de desapropriação a J. C. C. Barradas e J. C. Muratory, pág. 624.

Relevando a prescrição para percepção de meio soldo a Olympia C. G. Amaral, pág. 624.

Concedendo pensão a Anna M. N. Damásio, pág. 624.

Concedendo isenção de direitos a Companhia Aguaria do Curralinho, pág. 625.

DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO E SAÚDE PUBLICA:

Regulando o provimento, por concurso, das cadeiras de instrução primaria e secundaria, págs. 497 e 512.

Concedendo jubilação a Jesuína C. T. Silva, págs. 497 e 514.

Determinando as condições de validade, para a matrícula nos cursos superiores, de exames terminais, feitos em estabelecimentos de ensino particular, págs. 497e 515.

Concedendo contagem de tempo para jubilação a Maria T. T. da Silva, pág. 623.

DA COMISSÃO DE MARINHA E GUERRA:

Fixando as forças de terra para 1892, págs. 8, 13, 44, 80, 121, 149, 154, 175, 227, 242, 291, 336, 356, 362, 405, 474, 485 e 652.

Elevando à categoria de cadeira a aula de aparelho, manobra e evoluções da Escola Naval, págs. 95, 194, 283 e 301.

Fixando as forças de mar para 1892, págs. 101, 154, 163, 176, 244, 310, 523, 610 e 640.

Concedendo as honras de Capitão de Fragata a A. F. Hasselmann, pág. 376.

Reorganizando o Corpo de Saúde da Armada, pág. 531.

DA COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS:

Autorizando a demarcação no planalto central da República da superfície destinada à nova Capital Federal, págs. 25 e 194.

Regulando a competência da União e dos Estados sobre vias de comunicação, págs. 95, 195, 496 e 514.

Mandando delinear um plano geral de linhas telegráficas, págs. 396 e 426.

Estabelecendo as exceções da concorrência publica para a execução das obras federais, pág. 646.

DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Fixando para o exercício de 1892 as despesas:

Do Ministério da Justiça, págs. 89, 176, 201, 230, 246, 270, 314, 409, 459, 464, 466, 495 e 512.

Do Ministério das Relações Exteriores, págs. 189, 283, 351, 365, 423, 428, 498, 515, 553, 605 e 633.

Do Ministério do Interior, págs. 288, 339, 394 e 424.

Do Ministério da Marinha, págs. 582, 637 e 639.

DA COMISSÃO DE PETIÇÕES E PODERES:

Concedendo licença a:

A J. M. L. de Ávila, págs. 27, 497 e 514.

Ao Dr. P. B. Utinguassú, págs. 95 e 199.

A. O. R. da Costa, págs. 315, 355 e 366.

A. E. S. Menezes, págs. 345, 497 e 515.

J. A. Viegas, pág. 448.

Dr. J. C. M. Reis, pág. 448.

Capitão A. P. de Almeida, pág. 504.

D. J. S. Costa, pág. 657.

Dos Srs. Fróes da Cruz e Cassiano do Nascimento, regulando as relações entre locadores e locatários, págs. 2 e 37.

Do Sr. Marciano de Magalhães, criando os Estados-Maiores de Infantaria e Cavalaria, págs. 15 e 20.

Do mesmo, reorganizando os corpos de engenheiros militares e do Estado-Maior de 1º classe, págs. 15 e 20.

Do Senado, especificando os crimes de responsabilidade do Presidente da República, págs. 20, 40, 163, 186 e 196.

Do Sr. João Vieira, regulando a extradição de criminosos entre os Estados, págs. 36, 423 e 426.

Do Sr. Fróes da Cruz, proibindo a admissão de analfabetos a exames profissionais, pág. 37.

Do mesmo e outros, sujeitando a processo de responsabilidade o autor de constrangimento ilegal que dê lugar a *habeas-corpus*, pág. 37.

Do Sr. Garcia Pires revogando o decreto de 4 de outubro de 1890, pág. 37.

Do Senado, estabelecendo a procedência do casamento civil e outas disposições a respeito, pág. 68.

Do Sr. Henrique de Carvalho determinando que se considerem dissolvidos o Congresso Federal e os estaduais, depois de promulgada a lei do orçamento e a eleitoral, págs. 74 e 94.

Dos Srs. Justiniano de Serpa e outros, concedendo pensão a viúva e filhos do desembargador C. E. C. Pessoa, págs. 92 e 428.

Dos Srs. Bernardino de Campos e outros, anulando as concessões de estradas de ferro, feitas depois da promulgação da Constituição, págs. 95 e 199.

Dos Srs. João Vieira e Santos Pereira, permitindo a acumulação de cargos inamovíveis exercidos antes da Constituição, págs. 131, 496 e 513.

Do Sr. Borges de Medeiros, derogando o parágrafo único do art. 7º do Decreto n. 916, de 21 de outubro de 1890, págs. 132 e 428.

Dos Srs. Homero Baptista e outros, determinando quais os próprios nacionais que devem pertencer aos Estados, págs. 169, 412, 438 e 548.

Dos Srs. Paula Argollo e outros, estabelecendo a idade para a reforma compulsória ou voluntária no Exército, págs. 232, 379, 424, 491, 538 e 549.

Do Sr. Retumba, tornando extensivas as disposições do decreto de 11 de junho de 1890 às viúvas dos oficiais da Armada falecidos antes dessa data, págs. 263, 264 e 428.

Do Senado, reorganizando os serviços da Administração Federal, pág. 312.

Dos Srs. Antão de Faria e Carvalhal, estabelecendo modificações no convênio aduaneiro com os Estados Unidos da América do Norte, págs. 331 e 428.

Dos Srs. Serzedello e Antonio Olyntho, sobre propriedade de minas, pág. 343.

Dos Srs. João de Siqueira e outros, anulando os contratos celebrados pela intendência do Distrito Federal com as companhias de Carris Urbanos do Jardim Botânico e S. Cristóvão, págs. 354 e 428.

Dos Srs. F. Glicerio e outros, concedendo um subsidio anual ao maestro Carlos Gomes, pág. 427.

Dos Srs. H. de Carvalho e R. Fernandes elevando a pensão da Viscondessa de Vieira da Sila, pág. 428.

Do Sr. Raymundo Bandeira, garantindo o livre exercício da medicina, pág. 428.

Dos Srs. Lauro Muller e outros, fixando os limites dos Estados de Santa Catarina e Paraná, págs. 440 e 565.

Do Sr. Fróes da Cruz, isentando de imposto de transmissão por sucessão as apólices da dívida pública geral, págs. 450 e 652.

Dos Srs. Amphiphio e outros, concedendo pensão às filhas do desembargador A. A. Ribeiro, pág. 47.

Do Sr. Fernando Simas, estabelecendo prazo para a resolução sobre os projetos não sancionados, pág. 483.

Do Sr. Cesário Motta e outros, abolindo as loterias, pág. 578.

Do Sr. Fróes da Cruz, mandando continuar vitalícios os oficiais de Justiça, pág. 578.

Dos Srs. P. Chermont e outros, estabelecendo ramais de linha telegráfica entre diversas cidades do Pará, pág. 579.

Do Senado, mandando continuar em vigor o Decreto n. 3163, de 7 de julho de 1883, pág. 579.

Dos Srs. Epitácio Pessoa e outros, classificando os vencimentos dos empregados das alfândegas, pág. 622.

Do Sr. Índio do Brasil, mandando rever a tabela dos vencimentos dos operários e serventes do arsenal de Marinha do Pará, pág. 622.

Dos Srs. Ângelo Pinheiro e Moreira da Silva, alfandegando os portos de Iguapé, Ubatuba, S. Sebastião e Cananéia, pág. 622.

Dos Srs. Victorino Monteiro e outros, criando alfândegas em Sant'Anna do Livramento e Quaraí, pág. 645.

Redação do projeto:

Concedendo pensão a Clara F. Montes, págs. 231 e 242.

Concedendo melhoramento de aposentadoria a A. P. Bastos, págs. 231 e 242.

Idem a A. A. X. Pinheiro, págs. 232 e 242.

Aprovando o acordo com o Peru, para execução de cartas rogatórias, págs. 437 e 646.

Concedendo licença a A. O. R. da Costa, págs. 438 e 464.

Fixando a despesa do Ministério do Interior em 1892, págs. 463 e 464.

Mandando delinear um plano geral de linhas telegráficas, págs. 530 e 549.

Fixando a despesa do Ministério da Justiça em 1892, pág. 549.

Concedendo jubilação a Jesuina C. T. da Silva, pág. 550.

Concedendo licença a J. M. Avila, pág. 550.

Idem a A. E. S. Menezes, pág. 550.

Estabelecendo a idade para a reforma compulsória e voluntária no Exército, pág. 610.

Representação:

De negociantes importadores de São Paulo, contra o imposto em ouro, pág. 5.

Da Associação Comercial de Porto Alegre, contra o parágrafo único do art. 7º do Decreto n. 916 de 24 de outubro de 1890, pág. 132.

Do Dr. F. A. Liberalli, contra o Decreto n. 436-E, de 4 de julho de 1891, pág. 193.

Da Associação Comercial de Santos, contra o Decreto n. 596, de 19 de julho de 1890, pág. 223.

Do diretor de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pedindo o pagamento da dívida proveniente da encampação da Estrada de Ferro Central, pág. 352.

Dos empregados da Alfândega de Manaus, pedindo ser elevada à categoria da repartição, pág. 420.

Do Senado de Minas Gerais, contra o arrendamento da estrada de ferro Central, pág. 538.

Da Associação Comercial e Beneficente de Pernambuco, contra o imposto em ouro, pág. 630.

Requerimento:

Do Sr. Barbosa Lima, prorrogando as horas das sessões, pág. 74.

Do Sr. Zama, para transcrever-se na acta o telegrama do Governo do Chile, em resposta à felicitação da Câmara, pág. 172.

Do Sr. Serzedello, para que vá à Comissão de Constituição o projeto sobre os poderes dos governadores, ao qual fora negada sanção, pág. 204.

Dos Srs. Aleides Lima e outros, para a nomeação de uma Comissão Especial encarregada de rever o projeto do Código Civil organizado pelo Dr. J. Felício dos Santos, pág. 221.

Do Sr. Ivo do Prado, para a nomeação de uma comissão especial, que estude o meio de responsabilizar os ministros e os governadores que prestem informações falsas, pág. 295.

Do Sr. Lamounier Godofredo, para a nomeação de uma comissão especial incumbida de rever as aposentadorias concedidas desde 15 de novembro de 1889, pág. 300 e 651.

Do Sr. João Vieira, determinado as matérias da ordem do dia, pág. 334.

Do Sr. Bevilaqua, pedindo exemplares ou o manuscrito do projeto de reorganização do Exército, pág. 577.

Do Sr. Moreira da Silva, para consignar-se um substitutivo seu ao projeto de organização do Distrito Federal, pág. 586.

Do Sr. Seabra, para que não seja enviado à Comissão de Constituição o projeto, não sancionado, sobre incompatibilidades, págs. 629, 631 e 633.

Do Sr. José Mariano, para que a Câmara não tome conhecimento do projeto sobre incompatibilidades, não sancionado, por não ter sido votado conforme os trâmites constitucionais, págs. 632 e 633.

Requerimento de informações:

Do Sr. Bevilaqua, sobre exoneração do Intendente de Guerra, pág. 4.

Do Sr. Vinhaes, sobre a proposta de uma postura da Intendência do Distrito Federal, proibindo a lavagem de roupas nas estalagens, pág. 36.

Dos Srs. Paletta e outros, sobre o serviço da estrada de ferro Leopoldina, págs. 71 e 74.

Do Sr. Martinho Prado, sobre diversos contratos e concessões, pág. 72.

Do Sr. Belfort Vieira, sobre nomeações para a magistratura local no Maranhão, págs. 91 e 200.

Dos Srs. Fonseca Hermes e outros, sobre a dívida do Tesouro Federal ao Estado do Rio de Janeiro, em virtude da encampação da estrada de ferro Central, págs. 90, 134 e 169.

Do Sr. Bevilaqua, sobre o hospital de São Sebastião, págs. 142 e 200.

Do Sr. Arthur Rios sobre a mudança do local das sessões, págs. 144, 169 e 171.

Do Sr. Gonçalo de Lagos, sobre poços artesianos no Ceará, pág. 167.

Do Sr. Aristides Maia, sobre o provimento pelo Governo Federal, de uma comarca em Minas Gerais, pág. 191.

Do Sr. Sampaio Ferraz e outros, sobre o hospital de S. Sebastião, pág. 200.

Do Sr. Thomaz Delfino, sobre o aviso do Ministério do Interior de 24 de agosto, pág. 200.

Do Sr. Cesário Motta, sobre o estado sanitário, págs. 218 e 338.

Dos Srs. Thomaz Delfino e Furquim Werneck, sobre a epidemia de varíola, pág. 219.

Do Sr. Jacques Ourique, sobre reduções do pessoal no Ministério da Guerra, págs. 221 e 339.

Do Sr. Vinhaes, sobre o serviço telegráfico, págs. 239 e 338.

Do Sr. Baptista da Motta, sobre o posto do Presidente da República, pág. 240.

Do mesmo senhor, sobre maquinistas estrangeiros, págs. 240 e 339.

Do Sr. Barbosa Lima, sobre a não graduação do Tenente E. G. Ribeiro, pág. 266.

Do Sr. França Carvalho, pedindo os pareceres da Comissão de Viação Geral, relativos às concessões de estradas de ferro com garantia de juros, pág. 296.

Do Sr. Gabino Besouro, sobre ocorrências em Maceió, pág. 299.

Do mesmo senhor, sobre nomeação de magistrados nas Alagoas, pág. 299.

Do Sr. João Lopes, sobre socorros reclamados pelo governo do Ceará, pág. 299.

Do Sr. Caetano de Albuquerque, sobre a posse do 1º vice-governador de Mato Grosso, pág. 333.

Do Sr. Rosa e Silva, sobre emissão de bancos, pág. 335 e 338.

Do Sr. H. de Carvalho, sobre a companhia do gás, pág. 339.

Dos Srs. Arthur Rios e outros, sobre o aviso incompatibilizando magistrados federais para o mandato legislativo, pág. 351.

Dos Srs. Alcides Lima e Homero Baptista, sobre o projeto do código civil contratado com o Dr. A. Coelho Rodrigues, pág. 352.

Do Sr. Vinhaes, sobre a epidemia de varíola no curato de Santa Cruz e procedimento da polícia nas Oficinas, pág. 419.

Do Sr. Belarmino de Mendonça, pedindo cópia de acordo entre os governos do Paraná e Santa Catarina sobre barreiras e limites, pág. 458.

Dos Srs. Homero Baptista e outros, sobre as obras da barra do Rio Grande do Sul, pág. 508.

Do Sr. Oliveira Pinto, sobre o número e rendimento de prédios da Quinta da Boa Vista, pág. 534.

Do Sr. Bevilaqua, sobre socorros públicos reclamados pelo governo do Ceará, pág. 576.

Do Sr. Gabino Besouro, sobre despesas com o Hospital Lazareto de Jurujuba, da ilha Grande, pág. 628.

Dos Srs. Zama e Amphilophio, sobre processos de oficiais no Pará, pág. 651.

Telegrama:

Do Congresso Constituinte de Mato Grosso, comunicando a promulgação da Constituição e eleição do governador e vice-governadores, pág. 73.

Do Secretário da Fazenda e Relações Exteriores do governo chileno, agradecendo as felicitações da Câmara, págs. 145 e 196.

Do governador do Amazonas, comunicando ter tomado posse, pág. 196.

Do Dr. H. Vaz, a respeito do serviço da Estrada de Ferro Leopoldina, pág. 301.

De habitantes e intendências de Paranaguá, Campo Largo, Curitiba, Ponta Grossa e Palmas, protestando contra o projeto de limites entre Paraná e Santa Catarina, pág. 594.

De habitantes de Palmas, Palmeira, Lapa e Morretes, no mesmo sentido, pág. 630.

De habitantes de Ponta Grossa, Imbituva, Curitiba, Guarapuava, Lapa, Antonina e Morretes, no mesmo sentido, pág. 650.

ÍNDICE DOS DISCURSOS

Adolpho Gordo:

Casamento civil, sessão de 4, pág. 111.

Alcides Lima:

Código civil, sessão de 11, pág. 221.

Alcindo Guanabara:

Organização do Distrito Federal, sessão de 1, pág. 22.

Incompatibilidades, sessão de 10, pág. 193.

Orçamento da Justiça, sessão de 11, pág. 230.

Almeida Nogueira:

Forças de terra, sessão de 17, pág. 336.

Amphilophio:

Responsabilidade do Presidente, sessões de 1 e 9, págs. 21 e 176.

Projeto sobre casamento civil, sessão de 5, pág. 134.

Casamento civil, sessão de 8, pág. 146.

Academia livre de direito, da Bahia, sessões de 19 e 21, págs. 377 e 416.

Pensão do ex-Imperador, sessão de 23, pág. 492.

Limites de Sergipe, sessão de 30, pág. 648.

André Cavalcanti:

Orçamento da Justiça, sessão de 10, pág. 203.

Angelo Pinheiro:

Limites entre Paraná e Santa Catarina, sessões de 22 e 24, págs. 458 e 507.

Pensão do ex-Imperador, sessão de 23, pág. 493.

Annibal Falcão:

Questão de ordem, sessão de 1, pág. 25.

Antão de Faria:

Convênio aduaneiro com os Estados Unidos, sessão de 17, pág. 326.

Estradas de ferro e colonização, sessão de 19, pág. 378.

Vias de comunicação, sessão de 23, pág. 496.

Barra do Rio Grande do Sul e porto das Torres, sessão de 24, pág. 509.

Montepio obrigatório, sessão de 29, pág. 627.

Antonio Azeredo:

Negócios de Mato Grosso, sessão de 17, pág. 334.

Orçamento do Exterior, sessão de 1, pág. 7.

Aristides Lobo:

Felicitação ao Chile, sessão de 1, pág. 7.

Trabalhos das Comissões, sessão de 2, pág. 34 e 38.

Orçamento da Justiça, sessão de 9, pág. 176.

Bancos de emissão, sessão de 28, pág. 604.

Aristides Maia:

Provimento de comarca em Minas Gerais, sessão de 10, pág. 191.

Estrada de Ferro Leopoldina, sessão de 16, pág. 301.

Arthur Rios:

Local das sessões, sessões de 8 e 9, págs. 143 e 170.

Imposto em ouro, sessão de 15, pág. 281.

Incompatibilidade de magistrados, sessão de 18, pág. 348.

Astolpho Pio:

Pretensão de P. A. Paiva, sessão de 10, pág. 200.

Quinta da Boa Vista, sessão de 25, pág. 534.

Athayde Junior:

Demissão de cargo, sessão de 8, pág. 145.

Augusto de Freitas:

Licença a A. O. R. Costa, sessão de 18, pág. 356.

Academia livre de direito da Bahia, sessão de 21, pág. 415.

Badaró:

Orçamento da Justiça, sessão de 10, pág. 202.

Orçamento do Interior, sessão de 17, pág. 340.

Orçamento do Exterior, sessão de 25, pág. 553.

Baptista da Motta:

Maquinistas estrangeiros e posto do Presidente da República, sessão de 14, pág. 239.

Barbosa Lima:

Trabalhos das Comissões, sessão de 2, pág. 38.

Prorrogação das horas das sessões, sessão de 3, pág. 74.

Incompatibilidades, sessão de 15, pág. 264.

Pensão do ex-Imperador, sessão de 23, pág. 492.

Situação política, sessão de 25, pág. 534.

Belarmino de Mendonça:

Limites entre Paraná e Santa Catarina, sessões de 22 e 25, págs. 457 e 565.

Belfort Vieira:

Reclamação, sessões de 4 e 25, págs. 111 e 565.

Magistratura do Maranhão, sessão de 4, pág. 91.

Bernardino de Campos:

Orçamento da Justiça, sessão de 14, pág. 246.

Bancos de emissão, sessão de 22, pág. 467.

Bevilaqua:

Demissão do intendente de guerra, sessão de 1, pág. 3.

Forças de terra, sessões de 2 e 3, págs. 55 e 84.

Hospital de São Sebastião, sessões de 8, 10 e 26, págs. 139, 200 e 569.

Socorros ao Ceará, reorganização do Exército, sessão de 26, pág. 569.

Bezerril:

Forças de terra, sessão de 19, pág. 405.

Borges de Medeiros:

Firmas comerciais, sessão de 5, pág. 131.

Caetano de Albuquerque:

Pretensão de F. P. P. Fortes, sessão de 11, pág. 219.

Negócios de Mato Grosso, sessão de 17, pág. 331.

Forças de terra, sessão de 18, pág. 358.

Pretensão de L. M. Penha, sessão de 24, pág. 507.

Cantão:

Forças de terra, sessão de 18, pág. 367.

Forças de mar, sessão de 28, pág. 617.

Carlos Campos:

Limites entre Paraná e Santa Catarina, sessão de 22, pág. 458.

Casimiro Junior:

Imposto em ouro, sessões de 15 e 19, págs. 282 e 389.

Orçamento da Justiça, sessão de 22, pág. 460.

Cassiano de Nascimento:

Reclamação, sessão de 9, pág. 171.

Títulos e condecorações, sessão de 10, pág. 193.

Barra do Rio Grande do Sul, sessão de 24, pág. 508.

Cesário Motta:

Estado sanitário, sessão de 11, pág. 216.

Organização do Distrito Federal, sessão de 25, pág. 544.

Chagas Lobato:

Casamento civil, sessão de 18, pág. 375.

Correa Rabello:

Bancos de emissão, sessões de 23 e 28, págs. 493 e 604.

Costa Machado:

Faltas dos deputados, sessão de 4, pág. 90.

Títulos e condecorações, sessão de 11, pág. 223.

Couto Cartaxo:

Casamento civil, sessão de 19, pág. 396.

Custodio de Mello:

Forças de mar, sessão de 8, pág. 154.

Demetrio Ribeiro:

Barra do Rio Grande do Sul, sessão de 1, pág. 6.

Eduardo Gonçalves:

Limites entre Paraná e Santa Catarina, sessão de 22, pág. 456.

Forças de terra, sessão de 23, pág. 485.

Epitacio Pessoa:

Responsabilidade do Presidente, sessão de 10, pág. 196.

Casamento civil, sessão de 10, pág. 206.

Seca em Estados do Norte, sessão de 19, pág. 377.

Feliciano Penna:

Bancos de emissão, sessão de 21, pág. 435.

Felisbello Freire:

Eleição do governador de Sergipe, sessão de 2, pág. 32.

Responsabilidade do Presidente, sessão de 8, pág. 163.

Orçamento do Interior, sessão de 22, pág. 461.

Organização do Distrito Federal, sessão de 23, pág. 551.

Fernando Simas:

Projetos não sancionados, sessão de 23, pág. 482.

Fonseca e Silva:

Reforma do material do Exército, sessão de 24, pág. 505.

França Carvalho:

Pretensão de P. A. Paiva, sessão de 10, pág. 200.

Alfandegamento de portos, sessões de 15 e 16, págs. 286 e 302.

Concessões de estradas de ferro, sessão de 16, pág. 296.

Contrato de saneamento, sessão de 28, pág. 592.

Francisco Gliceiro:

Explicações, sessões de 15 e 29, págs. 281 e 628.

Francisco Veiga:

Forças de terra, sessão de 4, pág. 121.

Orçamento do Exterior, sessão de 21, pág. 429.

Frederico Borges:

Provimto de cadeiras, sessão de 10, pág. 190.

Orçamento da Justiça, sessão de 10, pág. 205.

Orçamento do Exterior, sessão de 29, pág. 633.

Fróes da Cruz:

Locação de prédios, sessão de 1, pág. 1.

Trabalhos das comissões, sessão de 2, pág. 38.

Imposto sobre títulos, sessão de 22, pág. 449.

Questão de ordem, sessão de 29, pág. 638.

Furquim Werneck:

Forças de terra, sessão de 22, pág. 476.

Gabino Bezouro:

Faltas dos deputados, sessão de 1, pág. 25.

Projeto sobre a dissolução do Congresso, sessão de 4, pág. 92.

Local das sessões, sessão de 9, pág. 169.

Pretensão de A. A. X. Pinheiro, sessão de 10, pág. 199.

Reclamação, sessão de 14, pág. 242.

Negócios das Alagoas, sessão de 16, pág. 297.

Forças de terra, sessão de 19, pág. 409.

Reclamação, sessão de 23, pág. 497.

Serviço sanitário, sessão de 29, pág. 628.

Projeto, não sancionado, sobre incompatibilidades, sessão de 29, pág. 632.

Garcia Pires:

Imposto em ouro, sessões de 2 e 22, pág. 28 e 449.

Alfandegamento de portos, sessão de 15, pág. 287.

Incompatibilidade de magistrados, sessão de 18, pág. 352.

Gonçalo de Lagos:

Seca em Estados do Norte, sessão de 4, pág. 90.

Poços artesianos no Ceará, sessão de 9, pág. 167.

Navegação transatlântica, sessão de 22, pág. 458.

Gonçalves Chaves:

Propriedade das minas, sessão de 17, pág. 342.

Gonçalves Ramos:

Orçamento do Interior, sessão de 22, pág. 464.

Henrique de Carvalho:

Pensão do ex-Imperador, sessão de 23, pág. 493.

Homero Baptista:

Orçamento do Exterior, sessão de 21, pág. 423.

Ivo do Prado:

Informações oficiais falsas, sessão de 16, pág. 295.

Limites de Sergipe, sessão de 29, pág. 627.

Jacob da Paixão:

Imposto em ouro, sessão de 15, pág. 281.

Jacques Ourique:

Forças de terra, sessão de 2, pág. 50.

Pessoal das repartições da guerra, sessão de 11, pág. 220.

João Lopes:

Prorrogação das horas das sessões, sessão de 2, pág. 31.

Seca do Ceará, sessão de 16, pág. 299.

João de Siqueira:

Retificação, sessão de 1, pág. 4.

Imigração africana, sessão de 8, pág. 142.

Carris urbanos do Distrito Federal, sessão de 18, pág. 354.

Projeto, não sancionado, sobre incompatibilidades, sessão de 29, pág. 630.

Suspeição para votação, sessões de 29 e 30, págs. 633 e 652.

João Vieira:

Extradição de criminosos, sessão de 2, pág. 36.

Reclamação, sessão de 18, pág. 354.

José Avelino:

Medidas financeiras, sessão de 4, pág. 111.

José Mariano:

Questão de ordem, sessão de 11, pág. 227.

Projeto, não sancionado, sobre incompatibilidades, sessão de 29, pág. 631.

Justiniano de Serpa:

Pensão à viúva e filhos de C. E. C. Pessoa, sessão de 4, pág. 91.

Alfandegamento de portos, sessão de 16, pág. 392.

Lacerda Coutinho:

Limites entre Paraná e Santa Catarina, sessão de 28, pág. 593.

Lamounier Godofredo:

Aposentadorias, sessão de 16, pág. 290.

Lauro Muller:

Limites entre Paraná e Santa Catarina, sessão de 23, pág. 483.

Manhães Barreto:

Alfandegamento de portos, sessão de 45, pág. 283.

Marciano de Magalhães:

Forças de terra, sessão de 1, pág. 13.

Reclamação, sessão de 14, pág. 242.

Reformas militares, sessão de 24, pág. 506.

Limites entre Paraná e Santa Catarina, sessão de 28, pág. 591.

Marcolino Moura:

Alfandegamento de portos, sessão de 16, pág. 301.

Martinho Prado:

Contratos e concessões, sessão de 3, pág. 71.

Meira de Vasconcellos:

Orçamento do interior, sessão de 19, pág. 395.

Moraes Barros:

Orçamento da Justiça, sessões de 15 e 22, págs. 270 e 459.

Moreira da Silva:

Organização do Distrito Federal, sessão de 28, pág. 587.

Menna Barreto:

Forças de terra, sessão de 8, pág. 149.

Explicação, sessão de 8, pág. 163.

Nelson de Vasconcellos:

Forças de mar, sessão de 24, pág. 524.

Orçamento da Marinha, sessão de 29, pág. 639.

Nilo Peçanha:

Alfandegamento de portos, sessão de 16, pág. 302.

Orçamento do exterior, sessão de 28, pág. 606.

Nina Ribeiro:

Explicações, sessões de 11 e 15, págs. 213 e 283.

Oliveira Pinto:

Questão de ordem, sessão de 1, pág. 25.

Organização da Ordem do Dia, sessão de 3, pág. 74.

Dívida do Governo Federal do Estado do Rio de Janeiro, sessões de 4 e 5, págs. 93 e 131.

Alfandegamento de portos, sessões de 15 e 16, pág. 263, 286 e 301.

Casamento civil, sessão de 16, pág. 308.

Quinta da Boa Vista, sessão de 25, pág. 533.

Oiticica:

Trabalhos das Comissões, sessão de 2, pág. 39.

Projeto sobre casamento civil, sessão de 4, pág. 121.

Orçamento da Justiça, sessões de 9 e 22, págs. 183, 459 e 464.

Imposto em ouro, sessões de 10, 15 e 19, págs. 190, 283 e 379.

Serviços federais, sessão de 15, pág. 280.

Licença a A. O. R. Costa, sessão de 18, pág. 355.

Bancos de emissão, sessão de 25, pág. 556.

Paletta:

Estrada de Ferro Leopoldina, sessão de 3, pág. 70.

Paula Guimarães:

Forças de terra, sessão de 1, pág. 8.

Pires e Albuquerque:

Orçamento do Interior, sessão de 19, pág. 395.

Pires Ferreira:

Porta da Amarração, sessão de 12, pág. 233.

Forças de terra, sessão de 23, pág. 489.

Polycarpo Viotti:

Estrada de Ferro Central, sessão de 21, pág. 415.

Raymundo Bandeira:

Projeto sobre a dissolução do Congresso, sessão de 4, pág. 94.

Retumba:

Explicações, sessões de 2, 15, 16 e 29, págs. 44, 263, 297 e 638.

Forças de mar, sessões de 4 e 28, págs. 102, 611.

Meio soldo da Armada, sessão de 15, pág. 263.

Rodrigues Fernandes:

Negócios do Maranhão, sessão de 18, pág. 346.

Rosa e Silva:

Emissões bancárias, sessão de 17, pág. 335.

Bancos de emissão, sessão de 24, pág. 518.

Sampaio Ferraz:

Organização do Distrito Federal, sessão de 18, pág. 373.

Orçamento da Justiça, sessão de 22, pág. 466.

Reclamação, sessões de 21 e 26, págs. 518 e 577.

Santos Pereira:

Casamento civil, sessão de 16, pág. 301.

Seabra:

Títulos e condecorações, sessão de 4, pág. 95.

Serzedello:

Trabalhos das Comissões, sessão de 2, pág. 39.

Projeto, não sancionado, limitando poderes de governadores, sessão de 10, pág. 200.

Forças de terra, sessão de 11, pág. 227.

Orçamento do exterior, sessões de 21 e 21, págs. 435 e 516.

Bancos de emissão, sessão de 28, pág. 595.

Projeto, não sancionado, sobre incompatibilidades, sessão de 29, pág. 629.

Questão de ordem, sessão de 29, pág. 638.

Orçamento da Marinha, sessão de 29, pág. 640.

Severino Vieira:

Colégio dos Órfãos de S. Joaquim, sessão de 23, pág. 493.

Vias de comunicação, sessão de 23, pág. 496.

Organização do Distrito Federal, sessão de 23, pág. 498.

Thomaz Delfino:

Estado sanitário, sessão de 11, pág. 218.

Orçamento da Justiça, sessão de 14, pág. 248.

Orçamento do Interior, sessão de 17, pág. 339.

Tosta:

Forças de terra, sessão de 2, pág. 44.

Casamento civil, sessão de 17, pág. 341.

Uchoa Rodrigues:

Alfandega de Manaus, sessão de 21, pág. 419.

Valladão:

Forças de terra, sessão de 3, pág. 80.

Explicação, sessão de 14, pág. 212.

Orçamento da Justiça, sessão de 22, pág. 461.

Victorino Monteiro:

Reclamação, sessão de 9, pág. 174.

Orçamento do exterior, sessão de 21, pág. 429.

Vinhaes:

Intendência do Distrito Federal, sessão de 2, pág. 35.

Serviço telegráfico, sessão de 14, pág. 238.

Estado sanitário e atos da polícia, sessão de 21, pág. 416.

Questão de ordem, sessão de 29, pág. 635.

Orçamento da Marinha, sessão de 29, pág. 644.

Virgílio Pessoa:

Títulos e condecorações, sessão de 10, pág. 193.

Zama:

Telegrama do governo chileno, sessão de 9, pág. 172.

Pensão do ex-Imperador, sessão de 23, pág. 492.

Projeto, não sancionado, sobre incompatibilidades, sessão de 29, pág. 631.

Processos no Pará, sessão de 30, pág. 659.

ERRATA

Das mais notáveis incorreções

P. 7 – Col. 1 – Linhas 29 – Em vez de “não faço questão dele por aprovação”, leia-se: “não faço questão dele por oposição.

P. 31 – Col. 1 – Linhas 38 – Em vez de “a nova produção”, leia-se: “a nossa produção”.

P. 37 – Col. 2 – Linhas 24 – Em vez de “ordem legal”, leia-se: “ordem ilegal”.

P. 42 – Col. 2 – Linhas 43 – Em vez de “Comissão de Constituição, Legislação e Justiça”, leia-se: “Comissão Especial”.

P. 56 – Col. 1 – Linhas 21 – Em vez de “Dr. Antonio Cardoso”, leia-se: “Dr. Annibal Cardoso”.

P. 91 – Col. 1 – Linhas 54 – Em vez de “não foi aprovado”, leia-se: “não foi aproveitado”.

P. 91 – Col. 2 – Linhas 2 – Em vez de “resolvê-lo, convenientemente mandará”, leia-se: “resolvê-lo convenientemente, mandará”.

P. 110 – Col. 2 – Linhas 45 – Em vez de “trabalhando para uma crise”, leia-se: “trabalhados por uma crise.

P. 111 – Col. 2 – Linhas 8 – Em vez de “resposta dada à mensagem ao Senado”, leia-se: “resposta dada em mensagem ao Senado”.

P. 111 – Col. 2 – Linhas 23 – Em vez de “projeto 83-A, do Senado”, leia-se: “projeto 83-A, substitutivo ao do Senado”.

P. 128 – Col. 1 – Linhas 30 – em vez de “*tout senheur*”, leia-se: “*tout seigneur*”.

P. 149 – Col. 1 – Linhas 56 – Em vez de: “como em seu saneamento”, leia-se: como sem seu saneamento.

P. 150 – Col. 2 – Linhas 36 – Depois do aparte, leia-se: “O Sr. Menna Barreto”.

P. 166 – Col. 1 – Linhas 18 – em vez de “estabelecidas por ilea”, leia-se: “estabelecidas por lei”.

P. 183 – Col. 1 – Linhas 52 – Em vez de “Quaes são eles”: leia-se: “Quais são eles”?

P. 197 – Col. 1 – Linhas 27 – Leia-se: “E aprovado em 1º discussão o seguinte Projeto n. 36-A: O Congresso Nacional decreta: Art. 1º O subsequente casamento civil legitima os filhos da mulher casada concebidos depois de separada do marido, quer de fato quer de direito, e os filhos de homem casado havidos de mulher desimpedida, se os ditos filhos forem reconhecidos pelos pais e mães, no assento do casamento ou o tiverem sido no do registro civil de nascimentos. Art. 2º Os efeitos de legitimação, em todo o caso, principiam desde a data do casamento. Art. 3º Essa legitimação aproveita não só aos filhos, como aos seus descendentes, si os ditos filhos já não existirem. Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário”.

P. 201 – Col. 1 – Linhas 20 – Em vez de “requerimento”, leia-se: “regimento”.

P. 216 – Col. 1 – Linhas 36 – Em vez de “julga que é um dever”, leia-se: “julgo que é um dever”.

P. 219 – Col. 2 – Linhas 25 – Em vez de “foi o mais cauteloso”, leia-se: “fui o mais cauteloso”.

P. 23 – Col. 2 – Linhas 5 – Em vez de “tem tido resposta”, leia-se: “não tem tido resposta”.

P. 263 – Col. 2 – Linhas 49 – Em vez de “falecidas”, leia-se: “falecidos”.

P. 282 – Col. 2 – Linhas 49 – Em vez de “que agravando”, leia-se: “agravando”.

P. 282 – Col. 2 – Linhas 54 – Em vez de “equivalentes”, leia-se: “equivalentes a essa metade”.

P. 282 – Col. 2 – Linhas 55 – Em vez de “mais ainda, se, afirmando”, leia-se: “mais ainda afirmando”.

P. 282 – Col. 2 – Linhas 60 – Em vez de “no governo”, leia-se: “ao governo”.

P. 283 – Col. 1 – Linhas 2 – Em vez de “meio circulante”, leia-se: “meio circulante”.

P. 299 – Col. 2 – Linhas 21 – Em vez de “uma das Comissões que tenho”, leia-se: “uma das Comissões da Câmara”.

P. 301 – Col. 2 – Linhas 40 – Em vez de “Projeto n. 91”, leia-se “Projeto n. 92”.

P. 301 – Col. 2 – Linhas 46 – Em vez de “Projeto n. 92”, leia-se: “Projeto n. 91”.

P. 302 – Col. 1 – Linhas 35 – Em vez de “o parlamento”, leia-se: “a Câmara”.

- P. 338 – Col. 2 – Linhas 44 – Em vez de “João Neiva”, leia-se: “João Vieira”.
- P. 374 – Col. 2 – Linhas 46 – Em vez de “*Quod Cesar Caesari, quod Deus Dei*”, leia-se: “*Quod Caesaris, Caesari; quod Dei, Deo*”.
- P. 376 – Col. 1 – Linhas 38 – Em vez de “riscos”, leia-se: “ricos”.
- P. 396 – Col. 1 – Linhas 21 – Em vez de “servem de interesses”, leia-se: “servem a interesses”.
- P. 408 – Col. 1 – Linhas 17 – Depois do aparte, leia-se: “o Sr. Bezerril”.
- P. 450 – Col. 2 – Linhas 11 – Em vez de “onde tiverem sido”, leia-se: “onde tiverem sede”.
- P. 460 – Col. 1 – Linhas 20 – Em vez de “Honorio Freire”, leia-se: “Felisbello Freire”.
- P. 476 – Col. 1 – Linhas 46 – Em vez de “E. Ramos”, leia-se: “G. Ramos”.
- P. 491 – Col. 2 – Linhas 41 e 42 – Em vez de “a favor 53 e contra 52”, leia-se: “a favor 52 e contra 53”.
- P. 492 – Col. 1 – Linhas 21 – Em vez de “informação de votação”, leia-se “verificação da votação”.
- P. 495 – Col. 2 – Linhas 20 – Em vez de “Honorio Freire”, leia-se: “Felisbello Freire”.
- P. 596 – Col. 2 – Linhas 12 – Em vez de “Esta opinião”, leia-se: “Esta reunião”.
- P. 512 – Col. 1 – Linhas 53 – Em vez de “requerimento do Sr. Victorino Monteiro”, leia-se: “requerimento do Sr. Rosa e Silva”.
- P. 535 – Col. 2 – Linha 1 – Em vez de “*notheng*”, leia-se: “*nothing*”.
- P. 535 – Col. 1 – Linhas 37 – Em vez de “transmitindo-me”, leia-se: “transmitiu-me”.
- P. 538 – Col. 2 – Linha 1 – Em vez de “Senado”, leia-se: “Senado de Minas Gerais”.
- P. 554 – Col. 1 – Linhas 29 – leia-se: “poucos pensavam em adquirir forças para subir às ameias do poder”.
- P. 554 – Col. 1 – Linhas 39 – Em vez de “dos contratos”, leia-se: “dos contrastes”.
- P. 572 – Col. 1 – Linhas 42 – Em vez de “onde não se pode penetrar ao menos”, leia-se: “onde não se pode penetrar como visitante, ao menos houvesse um porteiro”.
- P. 573 – Col. 2 – Linhas 33 – Em vez de “responder requerimentos de informações”, leia-se: “responder a informações”.
- P. 577 – Col. 1 – Linhas 22 – Em vez de “Não querendo infringir o regimento, não apresentei fora de tempo”, leia-se: “Não querendo infringir o regimento, não o apresentei fora de tempo”.
- P. 578 – Col. 1 – Linhas 52 – Em vez de “oficiais de Justiça”, leia-se: “ofícios de Justiça”.
- P. 604 – Col. 1 – Linhas 26 – Em vez de “e nós precisamos”, leia-se: “e nós do que precisamos”.

P. 647 – Col. 1 – Linhas 27 – Em vez de “Projeto”, leia-se: “Parecer”.

P. 648 – Col. 1 – Linhas 47 – Em vez de “reclamação”, leia-se: “proposição”.

P. 651 – Col. 2 – Linhas 14 – Em vez de “José da Costa Filho”, leia-se: “José da Costa Villar Filho”.

P. 651 – Col. 2 – Linhas 20 – Em vez de “Osorio da Cunha Telles Villar”, leia-se: “Osorio da Cunha Telles”.

P. 651 – Col. 2 – Linhas 20 – Em vez de “Florio da Silva”, leia-se: “Flavio da Silva”.

Encontrar-se-á no apêndice a íntegra de discursos publicados em extratos neste volume e a reprodução correta do que foi proferido pelo Sr. Deputado Cesário Motta, na sessão de 25.